



MAIS SOJA E MENOS FEIJÃO: UM RETRATO DA TEORIA DA DEPENDÊNCIA NO BRASIL

Aline Santos Silva
linesantos21@hotmail.com
UFBA
Brasil

Gilca Garcia de Oliveira
ggo@ufba.br
UFBA
Brasil

Joana Mutti Araújo
joanamutti@hotmail.com
UFBA
Brasil

Roberta Pereira Lima
robertalima.eco@gmail.com
UFBA
Brasil

RESUMO

“Independência dependente” é assim que os intelectuais da teoria da dependência viam a situação político-econômica dos países da América Latina quando criaram este arcabouço teórico. Seu surgimento acontece na década de 1960, período marcado por ditaduras militares em alguns países latino-americanos e a recente Revolução Cubana (1959). Tal cenário foi favorável para o aparecimento de uma crítica às ideias de desenvolvimento direcionadas aos países da América Latina, que apenas conseguiriam aprofundar ainda mais a relação de dependência. A América Latina já é forjada dentro do capitalismo, desempenhando a função de exportadora de bens primários e contribuindo para o desenvolvimento do capital comercial e bancário da Europa. Seu processo de independência política é marcado por uma ligação comercial com a Inglaterra: os novos países da América Latina exportavam produtos primários e importavam bens de consumo manufaturados, um intercâmbio desigual que tinha como efeito um endividamento com a metrópole inglesa. É desta forma que a região se insere na divisão internacional do trabalho, determinante no seu posterior curso de desenvolvimento. Segundo Ruy Mauro Marini, a relação dos países latino-americanos com o exterior é de subordinação e assegura a reprodução ampliada da dependência, ou seja, o fruto da dependência é seu aprofundamento. A situação dos países da região não mudou na atualidade, o que mudou foi centro dinâmico do sistema capitalista: da Inglaterra para os Estados Unidos da América. A situação de dependência só foi agravada pelo aumento da dívida internacional, que teve como principal fator, o financiamento da industrialização dos países latino-americanos, além do intercâmbio desigual de mercadorias. Destarte o exposto, o presente estudo está focado em uma das características da dependência: a especialização da produção interna em um bem primário que atenda as demandas externas em detrimento da produção para atender as demandas internas. Empiricamente, esta investigação se dará pela análise, dentro da região brasileira, da produção da soja (produto em que o Brasil aparece como segundo maior produtor mundial e que no ano de 2016 alcançou a safra recorde de 56 milhões de toneladas); em detrimento da produção do feijão (item básico da alimentação dos brasileiros que passou por recente aumento de preços e possui previsão de queda na produção). A problematização entre a produção da soja e do feijão é relevante para expor a situação de dependência do Brasil e o descaso com as necessidades da sua massa populacional, de forma a atender os quereres internacionais. O desenvolvimento teórico estará abarcado pelas contribuições dos principais propulsores da teoria da dependência: Ruy Mauro Marini, Vânia Bambirra, Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto, Theotônio dos Santos e André Gunder Frank.

ABSTRACT

"Dependent independence" is how the intellectuals of dependency theory saw the political-economic situation of the countries of Latin America when they created this theoretical framework. Its emergence happens in the decade of 1960, period marked by military dictatorships in some Latin American countries and the recent Cuban Revolution (1959). This scenario was favorable for the emergence of a critique of the ideas of development directed to the countries of Latin America, which could only deepen the relationship of dependence. Latin America is already forged within

capitalism, playing the role of exporter of primary goods and contributing to the development of European commercial and banking capital. Its process of political independence is marked by a trade link with England: the new Latin American countries exported primary products and imported manufactured consumer goods, an unequal exchange that had as effect indebtedness with the English metropolis. It is in this way that the region is inserted in the international division of labor, determining in its later course of development. According to Ruy Mauro Marini, the relation of Latin American countries to the outside is of subordination and ensures the increased reproduction of dependence, that is, the fruit of dependence is its deepening. The situation of the countries of the region has not changed today, what has changed has been the dynamic center of the capitalist system: from England to the United States of America. The dependency situation was only aggravated by the increase in international debt, whose main factor was financing the industrialization of Latin American countries, as well as the unequal exchange of goods. Thus, the present study is focused on one of the characteristics of dependency: the specialization of domestic production in a primary commodity that meets the external demands to the detriment of the production to meet the internal demands. Empirically, this research will be carried out by the analysis of soybean production within the Brazilian region (a product in which Brazil appears as the second largest producer in the world and in the year 2016 reached a record harvest of 56 million tons); to the detriment of bean production (the basic food item for Brazilians, which has experienced a recent increase in prices and is expected to fall in production). The problematization between the production of soybeans and beans is relevant to expose the situation of dependence of Brazil and the disregard for the needs of its population, in order to meet the international wants. The theoretical development will be encompassed by the contributions of the main proponents of dependency theory: Ruy Mauro Marini, Vânia Bambirra, Fernando Henrique Cardoso and Enzo Faletto, Theotônio dos Santos and André Gunder Frank.

Palavras-chave: Dependência. Padrão Exportador de Especialização Produtiva. Brasil.

Keywords: Dependence. Standard Productive Specialist Exporter. Brazil.

1 INTRODUÇÃO

O surgimento da Teoria da Dependência acontece na década de 1960, período marcado por ditaduras militares em diversos países latino-americanos e tendo como contraponto a recente Revolução Cubana (1959). Tal cenário foi favorável ao aparecimento de uma crítica às ideias de desenvolvimento formuladas para os países da AL, que apenas conseguiriam aprofundar ainda mais a relação de dependência.

A situação de dependência nesses países foi agravada porque as políticas adotadas nas décadas de 1930/40 eram voltadas para uma industrialização massiva com o intuito de levar essas economias ao estágio máximo de desenvolvimento. O que as teorias desse período ignoravam eram as peculiaridades dos países latino-americanos e o papel histórico destas nações fornecedoras de matérias primas e bens primários para os países desenvolvidos numa condição de dependência.

Os autores da Teoria da Dependência se propuseram a buscar explicar como a reprodução do capitalismo na periferia ampliava as diferenças econômicas, políticas e sociais frente aos países “desenvolvidos”, dada as características singulares desses países. A TD expõe diferenças importantes em relação a outras teorias, pois, conseguiu apresentar o subdesenvolvimento como uma realidade produzida dentro do capitalismo e não como um processo etapista de desenvolvimento.

Este estudo expõe as duas principais vertentes da TD, a corrente Weberiana e a corrente Marxista, a fim de explicitar as ideias e compreensões essenciais da dependência nos países da latino-americanos, bem como suas distintas percepções. Como forma de caracterizar a situação da dependência no Brasil, esta análise propôs a observação de dados relativos à produção do feijão e da soja no país.

A fim de cumprir o objetivo deste estudo, o artigo está dividido em quatro partes: na segunda apresenta-se um breve histórico da teoria da dependência, além das contribuições de Fernando Henrique e Faletto e Rui Mauro Marini; a parte três foca em uma das características da TD apontada por Jaime Osório, o padrão exportador de especialização produtiva, exemplificado com o caso do feijão e da soja no Brasil; seguido das considerações finais.

2 O SURGIMENTO DA TEORIA DA DEPENDÊNCIA

Desde o tempo de expansão do capitalismo, as economias latino-americanas desempenharam um papel de dependência figurando as normas das economias centrais. Na ruptura com o padrão primário exportador até a sua inserção no capitalismo financeiro, estas economias assumiram o papel de fornecedores de matérias primas para o desenvolvimento de outros países.

As concepções das chamadas “teorias do desenvolvimento” surgiram após a Segunda Guerra Mundial, segundo Dos Santos (2015), essas teorias buscavam explicar o desenvolvimento com a adoção de normas, comportamentos e mudanças políticas e institucionais, que buscassem aumento de produtividade e acúmulo de riqueza das sociedades nacionais. O que se pretendia alcançar com as teorias iniciais do desenvolvimento era propor um caminho para se impetrar os estágios das sociedades consideradas modernas da Europa e os Estados Unidos.

Essa literatura reduzia o “subdesenvolvimento” a uma ideia de atraso ou ausência de desenvolvimento, desconsiderando o contexto histórico desses países que tolhera e tolhia o seu impulso para se desenvolverem. Assim, a explicação aparecia nos possíveis obstáculos que freavam a capacidade de modernização desses países. Essas teorias se tornaram ultrapassadas, uma vez que as nações latino-americanas continuavam a se aprofundar na dependência, mesmo sendo países que apresentavam taxas elevadas de crescimento e eram independentes politicamente (Dos Santos, 2015).

A TD surgiu na América Latina, na década de 1960, buscando explicar as novas características do desenvolvimento da região, iniciado entre os anos 1930-45 (Dos Santos, 2015). O primeiro marco de mudanças nessas economias se deu após a crise de 1929, quando o momento se mostrou oportuno para o processo chamado de substituição de importações com o estímulo à produção de produtos nacionais. O contexto internacional foi propício à execução da proposta cepalina de defesa à industrialização. Assim, o modelo de desenvolvimento proposto previa uma maior participação do Estado na economia baseado num “nacional-desenvolvimentismo”, protagonizado principalmente por agentes nacionais.

O novo contexto de organização da economia mundial e a hegemonia norte-americana pós Segunda Guerra deixou evidente que os países “subdesenvolvidos” não passavam simplesmente por um estágio anterior ao “desenvolvimento”; mas que seria uma condição criada pelo próprio processo de desenvolvimento capitalista. Os estudos e teorias, então, se voltaram para entender as razões históricas, políticas e sociais que definem a sua característica de dependente e, segundo Amaral (2012), o grau de dependência que podem empreender.

Para Martins e Valencia (2004), a TD tem mais de uma teoria: uma delas é marxista, sendo principalmente desenvolvida por Ruy Mauro Marini, Theotônio dos Santos, Vânia Bambirra, Orlando Caputo e Roberto Pizarro, cuja interpretação se dá por meio da luta de classes, sem secundarizar uma visão emancipatória e programática; a segunda seria a weberiana com Cardoso e Faletto como principais representantes, onde a dependência é analisada a partir das estruturas de dominação. Na visão weberiana desacredita-se na capacidade de um socialismo ou um nacionalismo na periferia.

2.1 A dependência para FHC e Faletto

Fernando Henrique Cardoso (FHC) e Enzo Faletto, inspirados nas ideias de Max Weber, escreveram, em 1965, um livro para tratar das condições, possibilidades e formas de desenvolvimento econômico em países que possuem relação de dependência com polos hegemônicos do sistema capitalista. Segundo os autores, embora estejam embasados com a visão weberiana, eles também possuem uma visão dialética e histórico-estrutural (Cardoso e Faletto, 2010). No período em que o livro “Dependência e desenvolvimento na América Latina” foi escrito havia um debate acerca de duas visões sobre o desenvolvimento econômico: uma cepalina e outra disseminada nas universidades e nos movimentos políticos.

Cardoso e Faletto discordavam da perspectiva da CEPAL que, ao concentrar sua análise na questão da endogeneização do progresso técnico e na industrialização como formas de aumentar a produtividade e escapar do problema da troca desigual, estaria incorrendo em um economicismo e um reducionismo analítico. Essa percepção dificultava o papel da conformação e articulação das estruturas sociais e da forma como seus interesses são representados no interior do Estado dentro das economias periféricas.

Os autores questionavam a hipótese de que faltavam as condições institucionais e sociais necessárias para que as circunstâncias econômicas favoráveis fossem capazes de garantir uma política de desenvolvimento. Para Cardoso e Faletto (2010, p. 22):

[...] a forte desigualdade de renda e a participação crescente de capitais estrangeiros na economia podem ser consideradas fatores que alteram as hipóteses apresentadas pelos economistas no que se refere às condições para o desenvolvimento autossustentado e autônomo.

A análise da dificuldade do desenvolvimento dos países da América Latina, estaria, segundo os autores, presente numa interpretação integrada, econômica e sociológica. Esse fato ocorria, pois, em virtude de o desenvolvimento econômico não deixar de ser um processo social, até mesmo nos seus aspectos puramente econômicos (Cardoso e Faletto, 2010). Assim, apoiando-se na análise integrada entre economia e sociologia, Cardoso e Faletto criticam a ideia de que a formação social da AL prevalecia dentro de um dualismo estrutural, em que as sociedades latino-americanas eram concebidas por formações sociais “tradicionais” que seguiam lentamente para uma sociedade “moderna”.

Os autores propõem como método de análise a caracterização do modo de relação entre os grupos sociais no plano nacional, que depende da ligação ao sistema econômico e dos blocos políticos internacionais. Assim, se faz fundamental a análise dos fatores histórico-estruturais, determinados pela mistura de condicionantes internos e externos. A dependência seria, nessa perspectiva, um elemento estrutural do capitalismo, pois, dentro do processo político, uma determinada classe ou grupo econômico tenta impor sobre a sociedade um modo de produção que atenda seus interesses. Ou seja, a estrutura social é composta por classes dominantes e dominadas.

A relação de dependência na periferia é dada pela imposição dos interesses de uma classe sobre o conjunto da sociedade, que acaba expressando os quereres de grupos externos. Apesar de tudo, Cardoso e Faletto defendem um modelo de dependência, contanto que haja uma conciliação entre os interesses internos e externos. Nesse sentido, uma espécie de aliança entre capital estatal, nacional e estrangeiro criaria melhores possibilidades de acúmulo de capital para impulsionar o desenvolvimento econômico.

2.2 O retrato da dependência para Marini

Na década de 1960, quando Ruy Mauro Marini faz uma leitura do desenvolvimento dos países latino-americanos, o autor identifica traços e características importantes e condizentes com a dinâmica dialética histórica. Em seu ensaio, denominado *Dialética da Dependência*, Marini observa que o processo de acumulação capitalista dos países ditos avançados estabeleceu uma relação de dependência e de divisão internacional do trabalho desde os primórdios da colonização dos países da América Latina. Ao contrário do que supunham Cardoso e Faletto, a dependência histórica dessas economias não aconteceu ocasionalmente, Marini coloca que a condição de dependência imposta às nações latino-americanas resultou do próprio desenvolvimento e contradições do capitalismo.

De acordo com Marini (1973), essa estrutura global pré-definida faz com que as economias da AL tenham peculiaridades e se mantenham como periferias do sistema enquanto favorecem as nações avançadas. Por exemplo, quando os países latino-americanos eram primário-exportadores, no século XIX e início do século XX, a exportação de bens primários foi essencial para a expansão e especialização das economias que estavam em plena revolução industrial. Graças aos bens primários baratos produzidos por países como Brasil e México para o consumo da força de trabalho europeia estas economias puderam se concentrar na produção industrial ao invés da produção agrícola. Caso contrário, a industrialização europeia não teria ocorrido com tamanha eficiência. A produção primária, destinada à exportação foi imprescindível para o sucesso da revolução industrial.

Ao mesmo tempo que a inserção dos países latino-americanos ocorreu na escala de produção global estabeleceu uma relação de dominação e de dominados ou de subordinação, como aponta Marini (1973). O autor explica que a maneira como os países da AL foram chamados a comparecer no mercado mundial instaurou uma divisão internacional do trabalho na medida em que países como o Brasil forneciam bens primários e compravam manufaturados dos países industrializados. Noutras palavras, a força de trabalho brasileira se especializava na atividade agrícola enquanto que as economias ditas avançadas se especializavam na atividade industrial.

Essa foi a realidade do Brasil e dos países latino americanos ao longo do tempo, cuja dinâmica de desenvolvimento se fundamentava na dependência. Assim, mesmo com as políticas

de industrialização, a partir dos anos 1930 até a década de 1970, a relação de subordinação e reprodução das formas de trabalho na lógica dependente não se extinguiram.

Para Marini (1973), a situação de dependência das economias da AL se aprofundou e a transferência de valor que já existia no início da produção primário-exportadora se acentuou com a superexploração da força de trabalho. Isso porque os países latino-americanos que usam quantidade maior de trabalhadores na produção de bens primários (isto é, produção intensiva em trabalho) conseguem obter uma maior mais-valia, se comparado aos países mais industrializados, cuja a composição orgânica do capital é maior (produção capital intensiva). Ora, se há mais máquinas trabalhando do que pessoas haverá, segundo a teoria marxista, uma queda tendencial da taxa de lucro, pois a maquinaria transfere um valor menor à mercadoria do que a força de trabalho. Entretanto, como na troca mundial de mercadorias se trocam equivalentes, estipulados como afirma Marx (2012) pela média social de trabalho, parte mais expressiva da mais-valia produzida nos países latino-americanos é transferida para as chamadas economias centrais. Esse processo culmina na existência de uma troca desigual de valor produzido (MARINI, 1973).

Diante dessa realidade, os capitalistas de economias periféricas, como o Brasil, buscam compensar essa transferência de valor realizada para os países centrais aumentando a apropriação do valor criado pela força de trabalho, através da obtenção da mais valia absoluta e relativa, que é alcançada pelo aumento da jornada de trabalho ou mantendo a jornada de trabalho e aumentando a intensidade das atividades desempenhadas pelo trabalhador, respectivamente.

Marini expõe que o fato de os países periféricos transferirem um montante maior de mais-valia aos países centrais faz os capitalistas dessas economias superexplorar a força de trabalho. Assim, a mais-valia relativa e também absoluta tende a reduzir o valor dos bens salários necessários a reprodução da força de trabalho, levando ao trabalhador receber um valor menor que o necessário a reprodução da sua subsistência, conduzindo-o, inclusive, ao esgotamento precoce de sua capacidade laboral.

Nesse âmbito a concepção de Marini indica que a condição de dependência e especialização produtiva, como fruto da integração mundial entre as economias periféricas e centrais somente foram fortalecidas/aprofundadas ao longo do tempo. O padrão de especialização da produção, na

atualidade, reproduz todas as relações de subordinação e de transferência de mais-valia, superexplorando a força de trabalho como meio de compensar os capitalistas locais pela perda de mais valia realizada na troca desigual entre os países (OSÓRIO, 2012).

3 O PADRÃO EXPORTADOR DE ESPECIALIZAÇÃO PRODUTIVA: O CASO DA SOJA E DO FEIJÃO NO BRASIL

Dentre as diversas características de uma economia dependente podemos citar a questão da especialização produtiva, a qual esse trabalho se deterá. Isso acontece porque a especialização produtiva é voltada à exportação em detrimento da produção para o consumo interno da massa populacional. Jaime Osório (2012) denominou este fenômeno como um novo Padrão Exportador de Especialização Produtiva (PEEP), que apresenta semelhanças, mas também, diferenças substanciais em relação ao padrão agrominério exportador que prevaleceu nos países da América Latina em meados do século XIX e início do século XX. A principal dissemelhança neste novo padrão está no maior grau de elaboração e aperfeiçoamento de muitos dos produtos exportados.

A ideia de especialização produtiva é tratada como um símbolo do potencial econômico de crescimento e de desenvolvimento por elevar a capacidade exportadora. Contudo, nos países latino-americanos, este padrão de atividade vem juntamente com a deterioração das condições trabalhistas afetando a vida dos assalariados e da população. Assim, o que encontramos nesta região é um aprofundamento da dependência e do subdesenvolvimento (OSÓRIO, 2012).

A forte especialização da produção e da base exportadora em *commodities* agrícolas ou minerais ou de produtos industriais de baixo valor agregado não possibilita a geração de novos mercados. Somente reflete o atendimento a uma demanda externa aquecida por esses produtos característicos da região, aproveitando-se das vantagens naturais ou comparativas. Neste padrão econômico, segundo Osório (2012), o consumo dos assalariados perde relevância na dinâmica da economia nacional, pois a exportação de mercadorias assume relevância. Corroborando com a depreciação dos trabalhadores, estes se tornam mais produtores do que consumidores.

A consolidação do novo padrão exportador pressupõe um avanço das exportações desproporcionalmente a dimensão do mercado interno e do consumo de massas. Marini (2012) percebe a existência de um deslocamento entre a produção nas economias dependentes e as necessidades de consumo local, principalmente, da massa trabalhadora.

A economia exportadora é, portanto, algo mais que o produto de uma economia internacional fundada na especialização produtiva: é uma formação social baseada no modo capitalista de produção, que acentua até o limite as contradições que lhe são próprias. Ao fazê-lo, configura de maneira específica as relações de exploração em que se baseia e cria um ciclo de capital que tende a reproduzir em escala ampliada a dependência em que se encontra frente à economia internacional (MARINI, 1973, p. 134).

Entretanto, vale ressaltar que a realidade brasileira se contrapõe, em parte, da análise feita por Osório. Na perspectiva do autor há uma relação inversa entre o aumento das exportações e o dinamismo do mercado interno. Desta forma, um PEEP não dependeria do mercado interno para sua expansão. Isso não ocorre na economia brasileira, onde percebe-se que, apesar da reprimarização das exportações, o mercado interno desempenha um papel ativo.

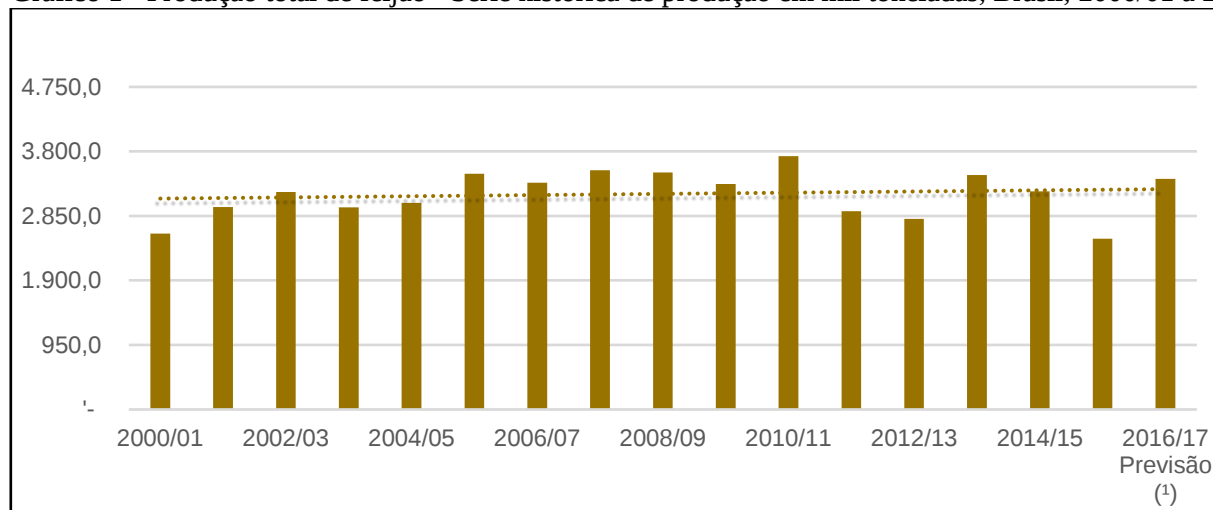
Destarte, combinando a análise teórica de Osório com a de Marini e analisando o comércio de *commodities* brasileiro, notamos sinais de uma especialização produtiva fortemente voltada à exportação, provocando um deslocamento da produção frente às necessidades de consumo local. Por esse motivo, exporemos empiricamente algumas dessas características neste estudo analisado a produção e comercialização da soja e do feijão brasileiros.

Segundo o Instituto Brasileiro de Feijão e Pulses (IBRAFE), o consumo de feijão, em média, chega a 17 quilos por brasileiro por ano, número que vem aumentando desde 1995. Apesar do grande consumo interno, sobretudo do feijão tipo carioca, externamente o consumo desse bem é diminuto, principalmente nos países centrais. Este fator é apontado como umas das causas de o comércio internacional de feijão ser tão restrito. O Brasil é o maior produtor e consumidor mundial de feijão, seguido pela Índia, China e México. O Gráfico 1 apresenta a produção de feijão total ¹

¹ Feijão total inclui as 3 safras de feijão: a primeira, conhecida como safra das águas, é assim chamada porque o plantio e a colheita são beneficiados pelo alto índice de chuvas; a segunda é chamada safra da seca; e, a terceira, a safra irrigada, é conhecida por se referir à colheita do feijão irrigado.

nos últimos 17 anos. Observa-se uma tendência constante ao longo desse período. No ano de 2000, sua produção alcançou 2,6 milhões de toneladas e, a estimativa para 2017 não chega aos 3,5 milhões de toneladas.

Gráfico 1 - Produção total de feijão - Série histórica de produção em mil toneladas, Brasil, 2000/01 a 2017

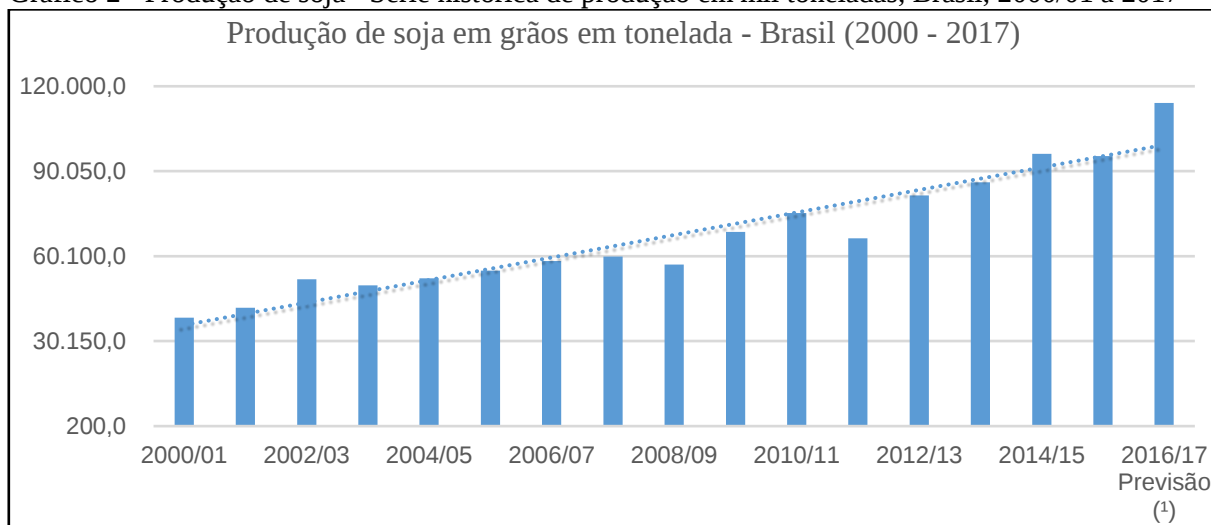


Fonte: Conab, 2017¹. Elaboração própria.

O Brasil é o segundo maior produtor de soja do mundo, ficando atrás apenas dos EUA. O interesse estratégico na produção da soja surgiu, em meados de 1970, com a explosão de seu preço no mercado mundial. Além disso, o escoamento da safra brasileira ocorre na entressafra americana, quando os preços alcançam maiores cotações (EMBRAPA², 2017). A produção de soja vem apresentando tendência crescente ao longo dos anos, conforme pode ser observado no Gráfico 2, saltando de aproximadamente 40 milhões de toneladas, em 2000, para quase 115 milhões, na estimativa de 2017.

² Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária.

Gráfico 2 - Produção de soja - Série histórica de produção em mil toneladas, Brasil, 2000/01 a 2017

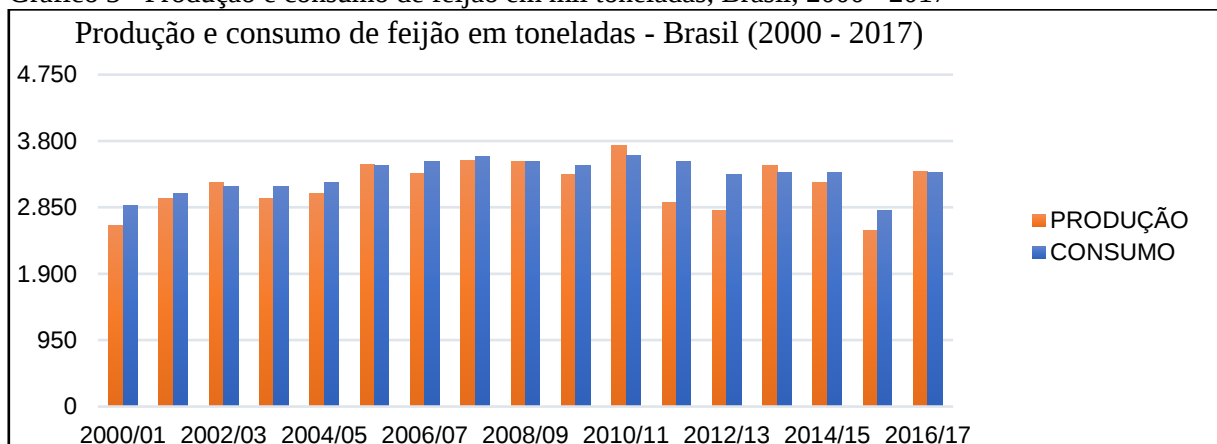


Fonte: Conab, 2017¹. Elaboração própria.

Entretanto, ao comparar os gráficos pode-se observar a disparidade na produção de soja e feijão. Entre os dois produtos agrícolas, um atende à demanda interna (feijão) e o outro a demanda externa (soja), notamos o relevante crescimento da produção do segundo. Assim, o complexo da soja tem ocupado crescentemente o território nacional. O aumento da demanda externa, inclusive, tem ocasionado a expansão da produção para o norte do país. Tradicionalmente, esta atividade se concentrava na região sul do país (CONAB, 2017²).

Com respeito ao que o Brasil produz e consome de feijão, podemos observar pelo Gráfico 3 que o cenário tem se alterado ao longo do período em estudo. A relação produção e consumo se manteve muito apertada até 2010/11, porém, nos anos seguintes houve redução da produção, ao mesmo tempo que o consumo permaneceu nos patamares anteriores.

Gráfico 3 - Produção e consumo de feijão em mil toneladas, Brasil, 2000 - 2017

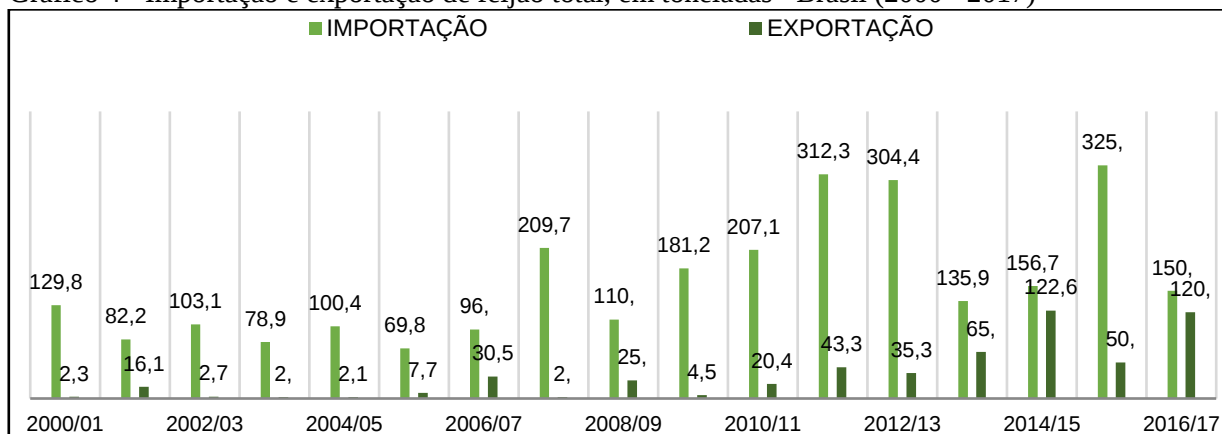


Fonte: Conab, 2017¹. Elaboração própria.

A produção de feijão apresenta uma estagnação no crescimento, mesmo sendo um alimento tradicional dos brasileiros. Segundo Marcelo Eduardo Lüders, presidente do Conselho do Instituto Brasileiro de Feijão e Pulses (Ibrafe) (SNA, 2017), isso se deve a falta de novas políticas voltadas para o setor e não apenas a problemas na safra, como normalmente é apontado. Outra questão relevante pode ser observada no Gráfico 4 de importação e exportação de feijão total que apresenta a comercialização do feijão ocorrendo essencialmente no âmbito interno, obviamente, devido o Brasil ser o maior consumidor do produto no mundo.

Ao observar o gráfico notamos que a importação do feijão é significativamente superior à exportação. Isso ocorre porque a produção interna não está sendo suficiente para atender a demanda interna (GRÁFICO 4) (SNA, 2014). Daí surge um problema quanto a insuficiência de oferta, pois, o feijão mais consumido pelos brasileiros é o carioca, produzido somente no Brasil. O feijão importado é do tipo preto, consumido principalmente no sul do país. Portanto, as demais regiões do Brasil ficam parcialmente desabastecidas de um dos principais itens de sua alimentação.

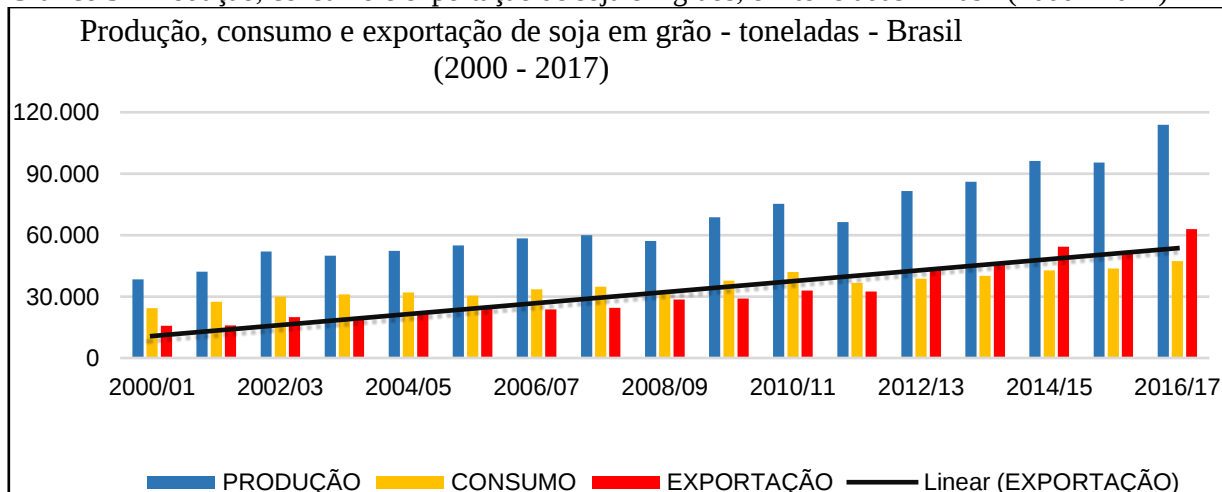
Gráfico 4 - Importação e exportação de feijão total, em toneladas - Brasil (2000 - 2017)



Fonte: Conab, 2017¹. Elaboração própria.

No entanto, o cenário muda quando nos referimos à produção de soja no território nacional. O Gráfico 5 apresenta um comparativo entre a produção, consumo e exportação da soja em grãos, nos últimos 17 anos. Por meio da linha de tendência visualizamos o crescimento das exportações brasileira de soja em grãos evidenciando o direcionamento da produção de soja para exportação. Segundo a Embrapa (2017), a área plantada da soja já atinge 33,890 milhões de hectares no Brasil, superior à área utilizada nos EUA, maior produtor mundial, para o mesmo plantio.

Gráfico 5 - Produção, consumo e exportação de soja em grãos, em toneladas - Brasil (2000 - 2017)



Fonte: Conab, 2017¹. Elaboração própria.

A produção da soja, como ressaltado anteriormente, está chegando ao norte do país, incorrendo em outra questão, a ambiental, representando um grande risco para a biodiversidade local em prol de uma monocultura que já violentou o cerrado com erosão do solo e comprometimento dos recursos hídricos são exemplos.

A ampliação da produção e exportação da soja e a estagnação da produção do feijão, levando ao aumento da sua importação, são fatores que favorecem à ampliação da dependência da economia brasileira, além de afetar negativamente a soberania e segurança alimentar interna da nação. Existe uma enorme publicidade e defesa dos benefícios do agronegócio por parte de grupos de interesses, que se amparam na tese das vantagens comparativas como mantenedora do crescimento do PIB brasileiro, não julgando os efeitos colaterais sobre a população, a economia e o meio ambiente.

4 CONCLUSÃO

A especialização produtiva em torno da soja destinada, principalmente, à exportação tem provocado efeitos controversos para a economia brasileira. O Brasil se utiliza da ampla capacidade produtiva para alcançar expressivos volumes em toneladas da soja, cujo o objetivo maior é o mercado externo. Com isso o país arrecada bilhões de dólares anualmente apenas com a produção de soja, o que contribui para o saldo positivo da balança comercial de *commodities* e também para o PIB.

Entretanto, a atratividade do agronegócio da soja expõe um problema que pode culminar na insegurança alimentar da população brasileira. Pois, o feijão, que é um item básico da alimentação da massa trabalhadora, não tem tido produção equivalente ou superior a seu consumo, como ocorre com a soja. Ao contrário, ao passo que seu consumo aumenta em meio ao crescimento populacional, a quantidade produzida desse bem (normalmente produzido pela agricultura familiar)

só consegue abastecer a demanda em parte. A outra parte tem sido realizada via importação do produto, quando não é inibida pela alta do preço, dada a condição de safra e a relação entre a oferta e procura.

A escolha da soja em detrimento do feijão como bem de maior relevância na produção de grãos do país demonstra a ausência de políticas públicas que busquem garantir o suprimento básico das demandas internas frente as externas. Todavia, essa relação explicita também a condição do Brasil como economia dependente, que historicamente contribui para a acumulação do capital global como nação exportadora de bens primários. A China é hoje o principal comprador de soja brasileiro. Aliás, esse país emergente não importa somente a soja brasileira, mas, também, minério de ferro e outros bens *in natura* importantes. Em contrapartida, o Brasil compra da China bens que utilizam os bens primários produzidos no Brasil. Isso significa que o país exporta bens primários e importar manufaturados que poderiam ser produzidos internamente, dinamizando a própria economia.

Esses são alguns dos elementos que tornam a perspectiva de especialização produtiva de Osório e a interpretação da dependência da AL de Marini extremamente atual. Podemos dizer que o Brasil, ao produzir a soja em escala demasiadamente ampliada subestima o mercado interno e o potencial de absorção de outros bens, como o feijão, sacrificando até mesmo o próprio consumo doméstico. Além disso, a especialização da produção contribui significativamente, assim como no passado, para o desenvolvimento de outras economias, como a China, enquanto o Brasil se mantém com indicadores básicos de crescimento e desenvolvimento insuficientes, mesmo possuindo expressivos recursos naturais e humanos. Noutras palavras, o Brasil fragiliza a subsistência de seu povo em face dos interesses do agronegócio, que colabora mais com a transferência de mais-valia para nações desenvolvidas do que para o desenvolvimento interno do país.

Nesse sentido, a superexploração do trabalho alcança níveis extremos porque além da troca desigual de mercadorias, que ocorre quando uma economia produz essencialmente bens primários para a exportação, o Brasil superexplora a força de trabalho ao reduzir a capacidade de abastecimento dessa massa trabalhadora e ao elevar o preço dos bens de subsistência, como é o

caso do feijão. Esse cenário reflete intensamente a predominância do quadro de dependência do Brasil, assim como, também, ocorre com as demais economias latino-americanas.

Referências

Amaral, Marisa (2012). *Teorias do imperialismo e da dependência: a atualização necessária ante a financeirização do capitalismo*. Tese (doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo.

Cardoso, Fernando Henrique; Faletto, Enzo (2010). *Dependência e desenvolvimento na América Latina*. (9º ed). - Rio de Janeiro, Brasil: Civilização Brasileira.

Conab (2017¹). Companhia Nacional de Abastecimento. *Séries históricas*. Disponível em: http://www.conab.gov.br/conteudos.php?a=1252&t=2&Pagina_objcmsconteudos=1#A_objcmsconteudos. Acesso em: 20 set. 2017.

Conab (2017²). Companhia Nacional de Abastecimento. Estimativa do escoamento das exportações do complexo soja e milho pelos portos nacionais. *Compêndio de Estudos Conab*. v. 6.

Dos Santos, Theotônio (2015). *A teoria da dependência: balanço e perspectivas*. Coleção Obras escolhidas, v.1, Ed. Insular, Santa Catarina.

Duarte, Pedro Henrique Evangelista; Graciolli, Edílson José (2007). *A teoria da dependência: interpretações sobre o (sub) desenvolvimento na América Latina*. COLÓQUIO INTERNACIONAL MARX/ENGELS, v. 5.

Embrapa (2017). *História da soja*. Disponível em: <https://www.embrapa.br/web/portal/soja/cultivos/soja1/historia>.

Marini, Ruy Mauro (1973). Dialética da Dependência. *Revista Latino Americana de Ciência Sociais*, Flasco, Santiago de Chile.

Marini, Ruy Mauro (2012). *O ciclo do capital na economia dependente*. In: Padrão de reprodução do capital: contribuições da teoria marxista da dependência. Carla Ferreira, Jaime Osorio, Mathias Luce (orgs.). São Paulo, Brasil: Boitempo.

Martins, C. E., & Valência, A. S. (2004). Teoria da dependência, neoliberalismo e desenvolvimento: reflexões para os 30 anos da teoria. *Lutas Sociais*. ISSN 1415-854X, (7), 115-130.



Marx, Karl (2012). *O capital: a crítica da economia política* livro I, (30ª ed), Rio de Janeiro, Brasil: Civilização Brasileira.

Osório, Jaime. (2012, Fevereiro). El nuevo patron exportador de especialización productiva em América Latina. *Revista Soc. Bras. Economia Política*, 31(33).

SNA (2014). Sociedade Nacional de Agricultura. *Brasil deverá importar mais feijão em 2014*. Disponível em: <http://www.canalrural.com.br/noticias/agricultura/brasil-devera-importar-mais-feijao-2014-25148>. Acesso em: 05 out. 2017.

SNA (2017). Sociedade Nacional de Agricultura. *Produção e consumo nacional de feijão continuam os mesmos há mais de 10 anos*. Disponível em: <http://sna.agr.br/producao-e-consumo-nacional-de-feijao-continuam-os-mesmos-ha-mais-de-10-anos/>. Acesso em: 03 out. 2017.